ESPECISMO, SENCIÊNCIA E EXPLORAÇÃO ANIMAL NA ÉTICA PRÁTICA DE PETER SINGER*

SPECIESISM, SENTIENCE, AND ANIMAL EXPLOITATION IN PETER SINGER'S PRACTICAL ETHICS

André Luís Gonçalves**

RESUMO
Este artigo analisa a ética prática de Peter Singer voltada aos animais não humanos, articulando especismo, senciência e exploração animal. A tese sustentada é que a capacidade de sentir dor, experimentar medo, buscar prazer e evitar sofrimento basta para inserir seres sencientes no campo da consideração moral. A discussão parte do problema do valor da vida animal e examina em que condições sua morte poderia ser moralmente justificada, tendo em vista a crítica de Singer à superioridade moral automática da vida humana. Em seguida, a análise aborda a tese da substituibilidade, segundo a qual algumas mortes poderiam ser compensadas pelo nascimento de outros seres capazes de viver prazerosamente. O artigo mostra, porém, que essa hipótese permanece moralmente frágil e não justifica a produção industrial de carne, marcada por confinamento, privação, sofrimento e morte precoce. Por fim, o texto examina o uso de animais em experiências científicas, sobretudo quando a dor imposta serve a benefícios humanos incertos ou secundários. A conclusão sustenta que a crítica ao especismo exige considerar os interesses dos seres sencientes efetivamente afetados por nossas práticas.
PALAVRAS-CHAVE: Peter Singer; especismo; senciência; ética animal; igual consideração de interesses.

ABSTRACT
This article analyzes Peter Singer's practical ethics concerning non-human animals by examining the relation between speciesism, sentience, and animal exploitation. It argues that the capacity to feel pain, experience fear, seek pleasure, and avoid suffering is sufficient to include sentient beings within the scope of moral consideration. The discussion begins with the problem of the value of animal life and examines under what conditions animal death could be morally justified, taking into account Singer's critique of the automatic moral superiority attributed to human life. The analysis then addresses the thesis of replaceability, according to which some deaths could be compensated for by the birth of other beings capable of living pleasurable lives. The article argues, however, that this hypothesis remains morally fragile and does not justify the industrial production of meat, which is marked by confinement, deprivation, suffering, and premature death. Finally, it examines the use of animals in scientific experiments, especially when the pain imposed serves uncertain or secondary human benefits. The conclusion maintains that the critique of speciesism requires consideration of the interests of sentient beings effectively affected by our practices.
KEYWORDS: Peter Singer; speciesism; sentience; animal ethics; equal consideration of interests.

* Artigo recebido em 31/05/2026 e aprovada para publicação em 10/07/2026.
** Doutor em Filosofia pela UFMG. Mestre em Filosofia pela PUC Campinas. Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. E-mail: basquiatpuc@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A relação moral entre seres humanos e animais não humanos permanece marcada por uma assimetria difícil de justificar. Em diferentes práticas sociais, a dor animal costuma ser tratada como custo aceitável quando serve à alimentação, à pesquisa científica, ao lucro, ao conforto ou a preferências humanas ordinárias. Essa assimetria se torna ainda mais problemática quando lembramos que muitos desses animais são seres sencientes, capazes de sentir dor, experimentar medo, buscar prazer e evitar sofrimento. A pergunta que orienta este artigo nasce precisamente desta tensão: a pertença à espécie humana pode justificar a exclusão dos interesses de outros animais do campo da consideração moral?

A crítica de Singer ao especismo reformula esse problema ao recusar que a espécie humana seja tomada, por si mesma, como medida privilegiada da consideração moral. A partir da crítica ao especismo e da defesa do Princípio da Igual Consideração de Interesses, Singer sustenta que interesses semelhantes devem receber consideração semelhante, independentemente da espécie a que pertence o ser afetado. O ponto central de sua argumentação não consiste em afirmar que humanos e animais sejam iguais em todas as capacidades, mas em mostrar que a senciência basta para tornar moralmente relevante o sofrimento de um ser. Quando há dor, medo, privação ou morte, a espécie não pode funcionar como critério suficiente para decidir quais interesses importam e quais podem ser ignorados.

Este artigo analisa essa perspectiva a partir da articulação de três problemas. Primeiro, examina o valor da vida animal e os limites morais da morte, considerando a crítica de Singer à ideia de superioridade moral automática da vida humana. Em seguida, discute o consumo de carne em fazendas industriais e a tese da substituibilidade, mostrando por que essa hipótese permanece frágil diante das condições concretas impostas aos animais. Por fim, analisa o uso de animais em experiências científicas, sobretudo nos casos em que o sofrimento imposto se apoia em benefícios humanos incertos, secundários ou moralmente pouco urgentes. A hipótese sustentada é que a crítica singeriana ao especismo exige uma revisão rigorosa das práticas que transformam vidas sencientes em meios disponíveis aos interesses humanos.

1 O VALOR DA VIDA ANIMAL E OS LIMITES MORAIS DA MORTE

Devemos considerar errado tirar uma vida em qualquer situação? Quando alguns segmentos religiosos afirmam que a vida é algo sagrado, isso inclui a vida dos repolhos,

porcos e bebês anencefálicos? Quando matamos um ser humano em legítima defesa, podemos dizer que isso está errado? O problema central consiste em determinar qual valor atribuímos a uma vida. Como o abate de animais não humanos em fazendas industriais pode impactar, diretamente, em outras questões controversas sobre o valor da vida humana?

Singer afirma que o simples fato de pertencermos à espécie humana não é suficiente para dizer que temos um valor maior que a vida de outros animais, sem que distinções prévias sejam oferecidas. Essa crítica ajuda a perceber uma assimetria moral recorrente: enquanto algumas vidas humanas são preservadas mesmo em situações extremas e sem perspectiva de cura, a vida de animais usados em pesquisas, abandonados nas ruas ou criados para abate costuma receber pouca ou nenhuma proteção. A pergunta que Singer sugere é: será que podemos demarcar um limite para o círculo dos protegidos?

Do ponto de vista prático, Singer diz que é errado matar uma pessoa humana quando sua morte contrariar a preferência que ela possui de continuar a viver. Ele diz que tirar a vida de um ser humano, às vezes, é muito pior do que tirar a vida de qualquer outro ser, pelo fato de uma pessoa humana possuir suas próprias expectativas de futuro. Sua morte acabará comprometendo outros projetos que ela possa vir a ter, como concluir a graduação antes do casamento, construir uma casa antes de constituir uma família ou continuar solteira e morar sozinha em um vilarejo distante. De acordo com o utilitarismo preferencial, do qual Singer faz parte, embora os animais não prefiram se formar antes de se casar nem morar sozinhos voluntariamente, eles possuem outros interesses: que cessem todas as coisas que lhes causam medo, sofrimento e dor.

Singer adverte que, se o conceito de pessoa for usado apenas para excluir da moralidade aqueles que não se enquadram nele, torna-se difícil justificar a morte de chimpanzés conscientes como alternativa para poupar seres humanos sem consciência. A proposta não consiste em reduzir o valor moral dos seres humanos. Seu argumento é outro: impedir que a noção de pessoa seja usada de modo especista para negar consideração moral a animais não humanos capazes de sofrer, desejar e ter interesses próprios. Ao tratar da ideia de pessoa humana e não humana, Singer enfrenta o especismo com base no Princípio da Igual Consideração de Interesses (P.I.C.I.), incluindo, no mesmo campo de consideração moral, os interesses de pessoas humanas e não humanas. Segundo Singer (2018, p. 162), "até mesmo no caso dos animais não humanos dotados de autoconsciência e que, portanto, satisfazem nossa definição de 'pessoa', é bem verdade que eles muito provavelmente não se preocupam tanto com o futuro quanto um ser humano normal".

Essa distinção permite compreender por que Singer não trata a morte de todos os seres sencientes da mesma maneira. Para muitos animais, seria razoável pensar que seus interesses estão ligados sobretudo ao conforto, à ausência de dor e à possibilidade de viver sem sofrimento intenso. Nesse caso, seria possível argumentar que, se um boi fosse morto depois de uma existência boa e prazerosa, sua morte não seria necessariamente imoral, desde que outro animal viesse a ocupar seu lugar em condições igualmente boas. Essa é a base da tese da substituibilidade, segundo a qual a perda de uma vida poderia ser compensada pela existência de outra igualmente prazerosa. Esse ponto será retomado na próxima seção.

Para Singer, porém, não há condições seguras para afirmar que alguns animais não humanos tenham menor consciência de si do que certos seres humanos. A dificuldade está em determinar, com precisão, que forma de autoconsciência esses animais possuem. Por essa razão, em meio a tantas incertezas, a posição mais prudente consiste em conceder aos animais o benefício da dúvida e proteger sua vida. Para ele, "devemos rejeitar a doutrina de que matar um membro de nossa espécie é sempre mais grave que matar um membro de outra espécie" (Singer, 2018, p. 159). Assim, se alguns animais sencientes apresentam autoconsciência e interesses orientados para o futuro, a vida deles deve receber proteção moral especial, sem que a pertença à espécie humana funcione como critério exclusivo de superioridade moral. Essa incerteza torna necessário examinar, na próxima seção, se a tese da substituibilidade pode justificar moralmente sua morte no contexto da alimentação humana e das fazendas industriais.

2 ALIMENTAÇÃO HUMANA, FAZENDAS INDUSTRIAIS E A TESE DA SUBSTITUIBILIDADE

A discussão sobre a morte animal ganha um peso concreto quando passa do plano abstrato para a alimentação humana. O consumo de animais implica, na maior parte dos casos, aceitar que eles sejam mortos para atender a interesses humanos. Singer não trata essa questão de modo absoluto, como se toda morte animal tivesse o mesmo significado moral em qualquer circunstância. Sua análise é mais complexa: ao discutir seres sencientes meramente conscientes, ele examina a possibilidade de que a morte possa ser avaliada pela tese da substituibilidade, desde que esses animais tivessem uma vida boa, prazerosa e sem sofrimento intenso. Essa hipótese, porém, não equivale a uma defesa simples da mera substituição de alguns animais por outros. Ela aparece como consequência possível de certo tipo de

utilitarismo total, no qual importa o saldo agregado de prazer produzido no mundo. O problema é que essa hipótese não descreve a realidade das fazendas industriais. Por isso, a questão não é apenas saber se animais podem morrer para alimentar seres humanos, mas perguntar que tipo de vida lhes foi imposta antes da morte e que interesses foram ignorados nesse processo.

A criação e o abate em larga escala de animais destinados à alimentação humana constituem, para Singer, uma das formas mais amplas de exploração de animais não humanos. Em defesa da produção industrial de carne[1], muitos produtores e consumidores recorrem ao argumento de que animais precisam morrer para que a população humana mundial seja alimentada[2]. Essa convicção se apoia, em grande medida, no distanciamento entre o consumo final e as condições reais de criação, transporte e morte dos animais. Em *Libertação animal* (2004), Singer afirma que uma das primeiras formas de defesa do especismo consiste em preferir ignorar os fatos. Segundo ele, "a resposta mais comum à tentativa de se dizer a alguém exatamente como aquele jantar foi produzido é: não me conte, vai estragar meu jantar" (Singer, 2004, p. 247). Essa recusa em saber torna mais visível o caráter especista da criação intensiva de animais, especialmente quando o processo industrial transforma seres sencientes em unidades de produção destinadas ao consumo humano[3].

Algumas implicações práticas dessa exploração especista são evidentes. As pessoas não costumam ir ao supermercado pensando em comprar partes de um animal que viveu confinado e foi morto em um processo industrial. Elas entram em ambientes limpos, bem iluminados e organizados, muitas vezes apresentados como boutique da carne, com promoções, liquidações e lançamentos. Nesses espaços, nenhum sofrimento animal aparece. A organização visual da mercadoria produz uma distância moral entre o corpo consumido e a vida que foi destruída. Uma das estratégias que favorecem esse apagamento é a substituição dos nomes anatômicos por nomes comerciais mais agradáveis. O consumidor perde de vista que, naquela bandeja promocional, há partes de um animal que podia sentir dor, medo,

[1] Segundo Foer (2011, p. 39-40), no modelo de criação industrial, os animais ficam abrigados às dezenas ou às centenas de milhares, com mobilidade reduzida, recebendo um tipo de dieta não natural, tal como drogas variadas e antimicrobianos. Foer acrescenta que 99% da carne e ovos consumidos nos Estados Unidos vêm de animais criados em fazendas industriais. Este tipo de produção representa hoje o tratamento especista: tratar os animais apenas como coisas, ignorando principalmente quais são os seus interesses.

[2] As pessoas geralmente pensam que, se um grande empresário compra uma fazenda tradicional, e a transforma em uma indústria, certamente as condições de funcionamento desses espaços não devem ser tão ruins assim. O governo e os defensores do bem-estar animal já teriam feito alguma coisa. A falta de conhecimento a respeito das formas de tratamento dos animais confinados é alimentada pelo desejo de não conhecermos os fatos que possam pesar na nossa consciência. Ver Singer (2004, p. 247).

[3] Ver Singer (2004. Capítulos 2 e 3).

desconforto e privação. Também perde de vista que esse animal, muitas vezes, viveu mal, respirou mal, locomoveu-se com dificuldade, não pôde deitar adequadamente nem teve seus interesses mínimos respeitados.

Outro aspecto que reforça esse comportamento especista é a associação comum entre a palavra fazenda e uma imagem nostálgica, tranquila e quase infantilizada da vida animal. Nessa representação, os animais aparecem como se fossem criados soltos, felizes e próximos de seus filhotes[4]. Em *Libertação animal*, Singer (2004) afirma que essa ideia de fazendinha ainda é reproduzida em ilustrações de livros infantis e em embalagens de margarina, leite e manteiga. Nesses materiais, as fazendas aparecem como espaços tranquilos, quase idílicos, cheios de vacas felizes, galinhas passeando com seus filhotes[5] e animais vivendo em lugares calmos e espaçosos[6]. Essa representação não apenas suaviza a realidade da produção industrial, mas também cria uma imagem moralmente confortável da relação entre humanos e animais, como se esses seres vivessem bem até o momento da morte.

Esse tipo de crítica permite discutir as implicações éticas do especismo a partir dos disfarces publicitários. A publicidade não apenas vende produtos. Ela também participa da construção de uma invisibilização moral do animal. Ao ocultar as formas de criação, alimentação, transporte, confinamento e abate, ela enfraquece a percepção de que há um interesse próprio sendo frustrado antes que o produto chegue ao consumidor. A indústria, nesse sentido, não depende apenas da morte animal. Ela depende também da separação simbólica entre o animal vivo, capaz de sofrer, e a mercadoria limpa, nomeada e embalada[7].

[4] Atualmente é possível encontrar nos supermercados ovos de galinha caipira com o selo *Certified Humane Brasil*: bem-estar animal. Essas granjas avícolas informam no rótulo do seu produto que as galinhas são criadas livres de gaiolas, podem andar pelo campo, e a ração que as alimenta é produzida organicamente. Outras informações contidas no rótulo: "Baseado nas normas do Programa de Certificação *Certified Humane Raised & Handled*, as quais incluem uma nutrição equilibrada livre de antibióticos, abrigos e áreas de repouso para os animais e espaço adequado para a manifestação natural de cada espécie" – www.certifiedhumanebrasil.org – Fonte: Ovos Santa Mônica, município de Passa Quatro, Minas Gerais. Contatos: ovossantamônica.com.br/ fb.com/ovossantamonica.

[5] Singer (2004, p. 244-245) não está dizendo que devemos mostrar as coisas horripilantes que acontecem nas fazendas, mas incentivar um tipo de educação que estimule o respeito pelos animais como seres independentes que possuem interesses e não como objetos mimosos que servem para nos divertir ou para serem servidos à mesa.

[6] Singer (2004, p. 258) diz que "animais criados em granjas industriais não podem caminhar, correr, esticar-se livremente ou fazer parte de uma família ou rebanho [...] tampouco vivem mais do que uma fração do tempo normal de sua expectativa de vida [...] O resultado é uma vida de completo tédio, sem nada para fazer a não ser comer".

[7] De acordo com o Veterinário Silvio Lins, que há 36 anos inspeciona e cuida de um frigorífico: "mesmo acostumado com o trabalho, a atividade da matança não é fácil [...] Se pudesse voltar atrás, faria muitas coisas diferentes". Ver Patu (2014).

A maioria de nós cresceu sem perguntar pelo significado moral dessas práticas. A forma especista de tratar os animais fere gravemente o Princípio da Igual Consideração de Interesses. Como já foi mencionado, esse princípio não exige que todos os seres sejam tratados da mesma forma. Ele exige que interesses semelhantes recebam consideração semelhante. Por isso, quando animais sencientes têm seus interesses em não sofrer, mover-se, respirar adequadamente, evitar medo e permanecer vivos ignorados em nome de conveniências humanas, o resultado moral não pode ser considerado equilibrado. A relação entre produtores, consumidores e animais revela uma assimetria profunda: os benefícios ficam concentrados nos humanos, enquanto os custos recaem quase inteiramente sobre os animais.

A assimetria entre benefícios humanos e custos animais recoloca a tese da substituibilidade em um terreno menos abstrato. A morte de animais é moralmente problemática, mas esse erro não deve ser pensado em termos absolutos e indiferenciados[8]. Sua gravidade depende do tipo de vida mental que está sendo destruída. Quando um ser possui desejos, vínculos e expectativas orientadas para o futuro, sua morte frustra mais do que experiências imediatas de prazer. Ela interrompe uma continuidade experiencial e, em certos casos, uma continuidade biográfica. Por isso, para Singer (2018, p. 164), a avaliação moral da morte exige considerar "o grau de importância que esses desejos desempenhavam na vida desses seres".

A comparação entre duas formas de utilitarismo ajuda a compreender essa dificuldade. O utilitarismo hedonista, ou total, avalia sobretudo o saldo geral de prazer e sofrimento produzido no mundo[9]. Nessa perspectiva, a morte de um animal poderia ser compensada caso outro animal passasse a existir em seu lugar e tivesse uma vida igualmente prazerosa. O utilitarismo preferencial, por sua vez, não considera apenas a quantidade total de prazer. Ele leva em conta as preferências dos seres afetados, especialmente quando essas preferências dizem respeito à continuidade da própria vida. Essa diferença é decisiva, porque a morte não elimina apenas sensações. Em muitos casos, ela frustra interesses orientados para o futuro.

No utilitarismo hedonista, a tese da substituibilidade pode ser apresentada da seguinte forma: se um animal teve uma vida prazerosa e foi morto sem dor, sua perda poderia ser

[8] Em seu livro *Libertação animal,* Singer (2004, p. 260) afirma que "no nível puramente prático, podemos afirmar que matar animais para obter comida (exceto quando estritamente necessário para a sobrevivência) nos faz pensar neles como meros objetos, que podemos utilizar sem cerimônia para nossos próprios fins não essenciais".

[9] Sobre o utilitarismo clássico e suas variações contemporâneas, ver Bentham (1970) e Mulgan (2012). Sobre a recepção da ética de Singer no debate brasileiro acerca do estatuto moral dos animais não humanos, ver Horta, (2017).

compensada pelo nascimento de outro animal igualmente feliz. O animal morto funcionaria, nesse raciocínio, como um lugar ocupado por experiências agradáveis. Caso esse lugar fique vazio, outro animal poderia ocupá-lo, desde que recebesse as mesmas condições de prazer. A força desse argumento depende, portanto, de uma exigência mínima: o animal substituto também precisaria ter uma vida boa[10].

Essa exigência torna o argumento insuficiente para justificar o consumo de carne produzida em fazendas industriais. Mesmo que se aceite a substituibilidade em tese, ela não se aplica a um sistema em que os animais vivem confinados, privados de movimento, submetidos a sofrimento e mortos ainda jovens. Se o argumento afirma que a morte só poderia ser compensada pela criação de outro animal com vida prazerosa, então ele não serve para defender práticas em que a vida do animal substituto também é marcada por privação. Nas fazendas industriais, a vida não aparece como benefício concedido ao animal, mas como etapa produtiva de um processo voltado ao consumo humano[11].

Além disso, a carne vendida nas cidades precisa chegar ao consumidor com preço competitivo. A redução de custos favorece formas de produção baseadas no confinamento, na aceleração do crescimento, no controle extremo dos corpos e na restrição dos movimentos. Embora esse modelo seja mais vantajoso para produtores e consumidores, ele tende a produzir a menor quantidade de prazer para os animais. Com isso, a própria justificativa hedonista da substituibilidade fica comprometida. Se nosso compromisso moral fosse oferecer aos animais a melhor vida possível, a conclusão mais coerente não seria matá-los jovens e saudáveis, mas permitir que vivessem pelo maior tempo possível em boas condições.

O problema, portanto, não é apenas saber se a alimentação humana justifica a morte animal. O problema é saber se a felicidade humana obtida pelo consumo de carne pode compensar a perda de vidas sencientes submetidas a sofrimento sistemático. Singer rejeita a ideia de que o consumo de carne, sobretudo em centros urbanos e sociedades com alternativas alimentares disponíveis, possa ser defendido como condição necessária para combater a fome ou promover a felicidade humana. Segundo ele, “com exceção de algumas regiões que só servem para pastagem, a superfície de nosso globo terrestre poderá promover a subsistência de mais pessoas se nos dedicarmos à agricultura e não à criação de animais” (Singer, 2018, p. 167). Assim, o argumento da necessidade alimentar perde força quando usado para justificar o

[10]Singer (2018, p. 166) afirma que essa metáfora não deve ser levada muito a sério. Segundo ele, ao contrário de líquidos preciosos, o prazer não existe independente de um ser consciente.

[11]Até mesmo alguns defensores do consumo de carne, tais como Michael Pollan e Fearnley-Whittingstall, acreditam que não devemos consumir carne oriunda de fazendas industriais. Ver Singer (2018, p. 167).

consumo ordinário de carne em contextos nos quais há alternativas viáveis. A discussão retorna, então, ao ponto mais delicado: seres sencientes são realmente substituíveis? O utilitarismo hedonista tende a admitir essa possibilidade quando considera os animais como portadores de experiências prazerosas que poderiam ser repostas em outro indivíduo. O utilitarismo preferencial, por sua vez, distingue seres autoconscientes, capazes de desejar continuar vivendo e projetar a própria existência no tempo, de seres que talvez tenham experiências conscientes sem uma preferência clara pela continuidade futura da própria vida.

De acordo com o utilitarismo preferencial de Singer (2018, p. 174), a capacidade de um ser autoconsciente imaginar a si mesmo existindo ao longo do tempo, em uma vida mais longa, talvez "seja a característica que distingue os seres que não podem ser considerados substituíveis". Em termos mais simples, um ser que se reconhece como alguém que continua vivendo não perde apenas prazer quando morre. Ele perde a continuidade da própria vida. Essa distinção ajuda a compreender por que a morte de um ser autoconsciente é moralmente mais grave do que a morte de um ser que não possui essa orientação temporal. Ainda assim, Singer não conclui que os seres meramente conscientes possam ser tratados como coisas. Seus interesses continuam contando, porque a senciência basta para inserir um ser na esfera da consideração moral[12]. Segundo ele,

> a criação e a satisfação de uma preferência não são, por si sós, coisas boas ou más: nossa reação à ideia da criação e da satisfação de uma preferência varia conforme o caráter desejável ou indesejável, no que concerne a outras preferências de longa data que possamos ter, da experiência em sua totalidade (Singer, 2018, p. 177).

Isso significa que permanecemos em débito moral com todos os seres sencientes, sejam eles conscientes ou autoconscientes, quando suas preferências são sistematicamente frustradas antes mesmo de poderem ser satisfeitas[13]. Nesse sentido, impor a esses seres[14] uma vida de privação e sofrimento equivale a "criar um débito que não poderemos cancelar" (Singer, 2018, p. 177).

[12]Segundo Singer, o grande desafio que existe nesta ideia de consciência é definir, seguramente, quais seres podem ser considerados conscientes, até porque alguns animais se encaixam perfeitamente nesta condição. Para aqueles que participam desta categoria [consciente], a vida é tudo o que eles têm e a morte seria interromper suas experiências.

[13]A concepção das preferências como débitos foi uma resposta ao argumento de Hart de que um utilitarista preferencial deveria considerar todos os seres substituíveis, quer desejem continuar vivendo ou não [...]. Ver (Singer, 2018, p. 177; 180).

[14]Criticando a política do "segue tudo como está", Singer, citando o exemplo hipotético das duas mulheres que planejam ter um filho, criado por Derek Parfit, afirma que dar vida a uma criança que não possui nenhuma condição de satisfazer as suas preferências também é errado. Ver o exemplo de Parfit em Singer (2018, p. 169-173).

Essa distinção é importante porque a hipótese da substituibilidade não elimina a relevância moral dos seres meramente conscientes. Mesmo quando se admite que alguns deles talvez não tenham uma preferência biográfica pela continuidade da própria vida, isso não significa que seus interesses deixem de contar. Esses seres continuam moralmente relevantes porque podem sofrer, experimentar prazer, evitar dor e ter uma vida melhor ou pior para si mesmos. Por isso, a tese da substituibilidade não autoriza indiferença diante das condições concretas em que esses animais vivem e morrem.

O comportamento especista torna esse problema mais grave, pois desconsidera que seres sencientes possuem interesses próprios. Eles buscam prazer, evitam sofrimento e têm experiências que importam para eles mesmos, ainda que não formulem racionalmente um projeto de vida. Nas palavras de Singer (2018, p. 185), "a senciência já basta para que um ser seja colocado dentro da esfera da igual consideração de interesses". Essa afirmação bloqueia a lógica especista segundo a qual os interesses dos animais só teriam valor quando servissem aos benefícios humanos. O interesse de um animal em não sofrer deve contar porque é um interesse sentido por ele, não porque produz alguma vantagem para nós[15].

A razão mais forte para não matar certos animais está na possibilidade de que possuam memória, vínculos e expectativas futuras. Isso não se limita aos chimpanzés, mas pode incluir elefantes, bois, coelhos, golfinhos e algumas aves[16]. Diante da dúvida sobre a consciência temporal de gatos, carneiros, porcos, aves, peixes ou focas, Singer recomenda conceder-lhes o benefício da dúvida. Essa cautela é moralmente relevante porque a incerteza sobre a vida mental de um animal não autoriza sua morte. Ao contrário, quando não sabemos exatamente o alcance de sua experiência subjetiva, a escolha mais prudente é evitar matá-lo para comer. A melhor razão para isso é impedir que animais percam vida que poderia ser, por muito tempo, agradável e desfrutável.

Singer não dirige sua crítica a situações extremas de sobrevivência. Ele não contesta o abate de animais quando famílias passam fome nem sugere que povos que dependem da caça para sobreviver devam simplesmente suspender suas práticas. Esse não é o centro do debate. Segundo ele, "não é especismo dar prioridade à vida daqueles que têm noção biográfica de

[15]Ver Singer (2004, p. 275-277).

[16]Afirmar que as galinhas não têm consciência de que existem no tempo é um pressuposto bastante questionável, segundo Singer (2018, p. 186).

sua própria existência e uma orientação muito mais forte para o futuro"[17]. O especismo contestado aqui aparece quando práticas cruéis contra membros de outras espécies são toleradas apenas para satisfazer interesses humanos secundários, como conveniência, hábito, prazer gastronômico ou lucro. A analogia com o racismo e o sexismo surge neste ponto: em todos esses casos, um grupo dominante diminui moralmente outros seres para justificar a desconsideração de seus interesses. Nas palavras de Singer (2004, p. 276-277),

> o especismo é algo errado e isto significa que, se levar a sério a moralidade, deve se tentar eliminar as práticas especistas de sua vida, opondo-se a elas em todos os lugares. Caso contrário, não lhe restará uma base a partir da qual possa, sem ser hipócrita, criticar o racismo ou o sexismo. Fazemos deles seres inferiores a nós, como se não tivessem nenhuma razão ou autonomia e, por isso, não vemos problema algum em sermos violentos para com eles.

A morte de animais para consumo humano revela, portanto, uma relação moralmente desigual entre espécies. Para Singer, não há justificativa consistente para manter uma prática que trata a dor animal como irrelevante quando ela atende a interesses humanos pouco urgentes. A crítica ao especismo não exige afirmar que humanos e animais são iguais em tudo. Ela exige apenas reconhecer que sofrimento semelhante merece consideração semelhante. A próxima etapa da análise desloca essa dificuldade para outro campo: o uso de animais em experiências científicas. Nesse caso, a pergunta muda de forma, mas não perde sua força: os benefícios humanos obtidos por meio da pesquisa justificam a imposição de sofrimento a animais não humanos?

3 EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA E O PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES

Nesta seção, analisaremos o uso de animais em experiências científicas a partir do Princípio da Igual Consideração de Interesses. Para Singer, o problema moral não está apenas no fato de animais serem utilizados em laboratórios, mas na forma como seus interesses são frequentemente desconsiderados quando pesquisas de benefícios incertos impõem dor, sofrimento ou morte a seres sencientes. A prática experimental revela, assim, um conflito direto entre interesses humanos e interesses animais. Para tornar esse conflito mais evidente, Singer recorre a diferentes exemplos de pesquisas laboratoriais, nem sempre situados por ele

[17]Singer (2018, p. 188) afirma que a caça aos veados nos Estados Unidos é permitida pelo fato do único predador do animal seja o próprio homem. O que pode ser percebido é que existem iniciativas para abater o animal e pouquíssimo investimento científico eficiente de contraceptivos e esterilização desses animais.

em uma data precisa, mas usados para mostrar como a espécie dos envolvidos costuma pesar mais do que a intensidade do sofrimento produzido.

O primeiro exemplo refere-se aos testes realizados com ratos para avaliar a quantidade máxima de toxina botulínica que esses animais poderiam suportar[18]. Essa substância, utilizada em seres humanos para tratamentos estéticos contra rugas de expressão, era aplicada em doses letais, causando a morte dos animais por asfixia. Diante desse tipo de experimento, Singer (2018, p. 97) formula uma provocação irônica: "qual o problema de aprendermos a conviver com as [nossas] rugas, como a maioria dos idosos sempre fez?".

O sofrimento imposto aos animais não é compensado por um benefício humano relevante nem oferece alívio a uma necessidade vital. Ao contrário, submete seres sencientes à dor e à morte em nome de uma finalidade estética, comprometendo aquilo que está em jogo de modo mais elementar para eles: a possibilidade de viver uma vida minimamente boa. Segundo Singer (2018, p. 98),

> Nesses casos, e em muitos outros parecidos, os benefícios para os seres humanos são inexistentes ou muito incertos, enquanto as perdas para os membros de outras espécies indicam a incapacidade de atribuir igual consideração aos interesses de todos os seres, a despeito da espécie à qual pertençam.

Convém observar que Singer não rejeita, de modo absoluto, toda experiência científica com animais. Seu ponto é mais específico: a pesquisa só poderia ser moralmente defensável quando os interesses envolvidos fossem considerados com o mesmo peso, sem que a espécie funcionasse como critério automático de exclusão. Por isso, ele admite que, se uma experiência com um animal, ou mesmo com uma dezena deles, fosse indispensável para salvar milhares de pessoas, tal procedimento poderia ser considerado correto à luz da igual consideração de interesses. Segundo Singer (2018, p. 98-99), "se um animal ou até mesmo uma dezena deles tivessem de ser submetidos a experiências para salvar milhares de pessoas, eu acharia correto e de acordo com a igual consideração de interesses que assim fosse feito". Ainda assim, essa autorização não elimina a exigência de reduzir o sofrimento ao mínimo possível nem transformar os animais em simples instrumentos de pesquisa.

A força provocativa do argumento de Singer aparece quando ele desloca o exemplo para o caso humano. Se a justificativa para usar animais em experiências fosse apenas a produção de benefícios para muitos indivíduos, um utilitarista também poderia ser levado a

[18]Atualmente, a marca norte-americana mais conhecida deste produto é a *Botox*, que foi a primeira a ser autorizada para comercializar a toxina botulínica em tratamentos estéticos.

admitir testes semelhantes com crianças órfãs ou seres humanos vulneráveis. Singer não defende essa conclusão. Seu objetivo é mostrar a inconsistência moral de aceitarmos, no caso dos animais, um tipo de procedimento que consideraríamos intolerável se fosse aplicado a seres humanos em condição de fragilidade. O problema, portanto, não é tratar humanos com a mesma violência dirigida aos animais, mas reconhecer que os interesses dos animais também devem receber consideração moral, sobretudo quando estão em jogo dor, sofrimento e morte.

A ética prática de Singer contesta, sobretudo, experiências feitas com animais quando seus benefícios para os seres humanos são incertos, inexistentes ou moralmente pouco urgentes. Nessas situações, a dor, o sofrimento e a morte impostos aos animais não podem ser justificados por ganhos frágeis ou meramente secundários. O interesse desrespeitado, nesse caso, não depende da espécie a que o ser pertence, mas de sua senciência, isto é, de sua capacidade de sentir dor, experimentar sofrimento e ter uma vida que pode ser melhor ou pior para ele mesmo.

Singer observa que alguns cientistas rejeitam experiências dolorosas feitas com seres humanos, mas admitem procedimentos semelhantes com animais porque não atribuem o mesmo peso aos interesses deles. Essas práticas ainda estão longe de oferecer igual consideração aos interesses dos animais não humanos.

A crítica se estende também aos métodos de pesquisa. Em vez de recorrer automaticamente a animais não humanos, as experiências científicas deveriam, sempre que possível, utilizar voluntários humanos e procedimentos que não gerem sofrimento em ninguém[19]. Desse modo, seria possível considerar igualmente os interesses de todos os seres sencientes envolvidos, sejam eles humanos ou não.

Como já foi mencionado, seres humanos e outros animais sencientes têm interesse em viver bem, evitar sofrimento e não sentir dor. Uma objeção recorrente, porém, pergunta como podemos saber se os animais realmente sofrem. Para Singer, a resposta não depende da posse de linguagem verbal, mas da observação de sinais corporais e comportamentais. Quando uma pessoa ou um animal manifesta retração, grito, choro, agitação ou dificuldade de locomoção, inferimos a presença de dor a partir da relação entre corpo vulnerável, comportamento alterado e circunstância observada. Se um cachorro, durante uma caminhada, começa subitamente a mancar, a hipótese mais razoável é que tenha pisado em algum espinho ou

[19]Singer (2018, p. 100) destaca que existem outras formas de especismos que precisam ser avaliadas por princípios éticos apropriados. Não iremos tratar diretamente de nenhum deles, mas apenas citá-los da forma como Singer o faz: o comércio de peles de animais, a caça em todas as modalidades, o uso de animais em circos, vaquejadas e rodeios, animais em zoológicos, venda de animais de estimação dentre outros.

objeto cortante. Esse exemplo simples é filosoficamente relevante porque mostra que nossa atribuição de dor aos outros nunca depende de acesso direto à experiência interna deles. Ela depende de uma inferência prática, baseada em sinais compartilhados por seres capazes de sofrer.

Esse mesmo critério de observação também orienta nossa convicção de que uma criança recém-nascida sente dor quando chora, se contorce ou reage corporalmente a uma agressão. O modo como crianças e outros mamíferos expressam sofrimento apresenta semelhanças relevantes e indica o interesse que esses seres têm em se livrar de todo e qualquer tipo de dor[20]. Por isso, não se justifica interpretar o comportamento doloroso de um humano de uma maneira e o comportamento semelhante de um animal de outra[21]. Essa diferença de interpretação não decorre da ausência de sinais de sofrimento, mas da recusa especista em reconhecer sua importância moral. A nosso ver, quando essa recusa persiste apesar dos sinais disponíveis, ela revela uma forma moralmente conveniente de negação[22].

O ponto a ser enfatizado é que a perspectiva especista tende a reduzir animais não humanos a produtos, matéria-prima ou instrumentos destinados a movimentar a economia, o agronegócio e a indústria farmacêutica. Para Singer, nenhuma dessas finalidades é suficiente para ignorar os interesses de vidas sencientes que compartilham o mundo conosco. A igual consideração de interesses funciona, nesse sentido, como a razão moral que nos obriga a reconhecer que essas criaturas têm interesse em não sofrer enquanto vivem.

A igual consideração de interesses é, portanto, o princípio moral que deve orientar nossas relações com os animais não humanos. No caso da experimentação científica, esse princípio impede que a dor animal seja tratada como custo moralmente irrelevante apenas porque pertence a outra espécie. O especismo representa, nesse sentido, um limite para a ética

[20]Singer afirma que as partes do sistema nervoso humano, que dizem respeito à sensação de dor, são relativamente antigas em termos evolutivos. Isso indica que o comportamento dos animais, dentre eles os vertebrados e os mamíferos, são muito parecidos quando sentem dor. Já o sistema nervoso dos invertebrados não é tão parecido com o sistema nervoso humano. Por isso, fica mais difícil afirmar que eles sentem dor. Dessa forma, Singer diz que o princípio da igual consideração de interesses não se aplica a eles [muito menos às plantas que não possuem um sistema nervoso central como o nosso], mesmo reconhecendo que alguns invertebrados, tais como o polvo, desenvolveram consciência de forma evolutiva. Iremos manter o foco desta pesquisa nos seres sencientes, tal como Singer (2018, p. 101) sugere.

[21]David Foster Wallace (2012), no artigo *Pense na lagosta*: uma incursão num mundo de exageros, mau gosto, prazeres e crueldade, afirma que "uma lagosta leva de 35 a 45 segundos para morrer dentro da água fervente. Diante do fogão, vendo a tampa bater freneticamente ou as patas do bicho enganchadas de forma patética na beira da panela, é difícil negar que aquilo seja uma criatura viva tentando fugir da dor".

[22]Descartes considerava que os animais eram máquinas sem alma, pura matéria e movimento que não sentiam dor. No caso, essa teoria um tanto quanto abstrusa, não se assentava no interesse de instrumentalizar os animais ou de produzir carne a baixo custo. O que ele estava propondo era uma metafísica bastante peculiar, a meu ver, distinta dessa instrumentalização dos animais.

prática, porque rompe a exigência de universalidade e imparcialidade que deve fundamentar escolhas e juízos morais. Este é o núcleo da ética não especista proposta por Singer: quando há sofrimento, a espécie não pode funcionar como critério legítimo para decidir quais interesses serão considerados e quais poderão ser sacrificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu de um problema central da ética animal em Peter Singer: saber se os interesses humanos podem justificar a exploração, o sofrimento e a morte de animais não humanos apenas porque esses seres pertencem a outra espécie. A resposta construída ao longo da análise indica que a espécie, por si só, não constitui critério moral suficiente para excluir animais sencientes do campo da consideração moral. Se um ser é capaz de sentir dor, experimentar medo, buscar prazer e evitar sofrimento, então possui interesses que importam para ele mesmo. Nesse sentido, a senciência aparece como o limite mínimo da moralidade e impede que a vida animal seja tratada apenas como recurso, mercadoria ou instrumento a serviço de finalidades humanas.

A discussão sobre o valor da vida animal permitiu mostrar que Singer não trata toda morte da mesma maneira, pois considera relevante distinguir seres com diferentes graus de autoconsciência, memória, expectativa de futuro e preferência por continuar vivendo. Ainda assim, essa distinção não autoriza uma hierarquia especista entre vidas humanas e vidas animais. Ao contrário, ela exige cautela, sobretudo porque não há segurança plena sobre o alcance da vida mental de muitos animais não humanos. A resposta encontrada nessa etapa foi que a morte animal não pode ser moralmente banalizada: quando há dúvida sobre autoconsciência, continuidade subjetiva ou interesses futuros, o benefício da dúvida deve proteger a vida desses seres.

Quando essa dificuldade passa para a alimentação humana e para as fazendas industriais, a tese da substituibilidade revela seu limite mais importante. Essa tese foi examinada como uma hipótese ligada ao utilitarismo total, segundo a qual a perda de uma vida poderia ser compensada pelo nascimento de outra vida igualmente prazerosa. A resposta alcançada, porém, foi que ela não justifica a produção industrial de carne. Mesmo que se admitisse a substituibilidade em casos muito restritos, ela dependeria de uma condição que as fazendas industriais não cumprem: oferecer aos animais uma vida boa, prazerosa e livre de sofrimento intenso. O confinamento, a privação de movimentos, a morte precoce, a

invisibilização publicitária e a transformação do corpo animal em mercadoria mostram que o sistema industrial não compensa a morte animal, mas organiza uma forma ampla de exploração especista.

O exame da experimentação científica reforçou esse mesmo princípio a partir de outro campo de conflito moral. Singer não rejeita absolutamente toda pesquisa com animais, mas exige que os interesses envolvidos sejam considerados com o mesmo peso moral. A resposta construída foi que experiências capazes de impor dor, sofrimento ou morte a animais não humanos só poderiam ser moralmente defensáveis em circunstâncias excepcionais, quando benefícios relevantes e indispensáveis estivessem em jogo. Nos casos em que os benefícios humanos são incertos, secundários, estéticos ou moralmente pouco urgentes, a experimentação revela a persistência do especismo: procedimentos que seriam recusados se aplicados a humanos vulneráveis tornam-se aceitáveis quando dirigidos a animais.

A análise permite sustentar que, em Singer, a consideração moral não pode permanecer limitada à espécie humana. O ponto decisivo não é afirmar que animais não humanos sejam iguais a nós em todas as capacidades, mas reconhecer que a dor, o medo, a privação e o sofrimento possuem relevância moral sempre que atingem seres capazes de sentir-los. Por isso, a morte de animais, o consumo de carne produzida em fazendas industriais e o uso desses seres em experiências científicas precisam ser avaliados a partir dos interesses efetivamente afetados, não apenas dos benefícios humanos produzidos. A crítica ao especismo mostra, assim, que a espécie não pode funcionar como critério legítimo para tornar invisível o sofrimento de outros seres. Se a ética exige imparcialidade diante de interesses semelhantes, então a vida animal senciente não pode ser tratada como custo moral secundário de nossas preferências, hábitos ou conveniências.

REFERÊNCIAS

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1970.

CERTIFIED HUMANE BRASIL. **Programa Certified Humane Raised & Handled**: bem-estar animal. 2026. Disponível em: https://certifiedhumanebrasil.org. Acesso em: 06 abr. 2026.

FOER, Jonathan Safran. **Comer animais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

HORTA, Reginaldo José. **Por uma ética não especista**: Peter Singer e a questão do estatuto moral dos animais não humanos. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

MULGAN, Tim. **Utilitarismo**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2012.

PATU, Roberta. Do abate ao consumo: conheça o trabalho dos matadouros. **LeiaJá**, 22 set. 2014. Disponível em: https://www.leiaja.com/carreiras/2014/09/22/do-abate-ao-consumo-conheca-o-trabalho-dos-matadouros/. Acesso em: 12 mar. 2020.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler. Revisão técnica de Rita Paixão. ed. rev. Porto Alegre; São Paulo: Lugano, 2004.

WALLACE, David Foster. Pense na lagosta: uma incursão num mundo de exageros, mau gosto, prazeres e crueldade. **Piauí**, São Paulo, ed. 72, set. 2012. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pense-na-lagosta/. Acesso em: 04 abr. 2026.